AGO 2024 · 04

O COMUNISMO

"QUE AS CLASSES DOMINANTES TREMAM DIANTE DA IDEIA DA REVOLUÇÃO COMUNISTA!" (MARX & ENGELS)

LULA FIADOR DO CAPITAL

VALE TUDO PARA GARANTIR O PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Solidário: **R$ 10**
Mínimo: R$ 5

pix@marxismo.org.br

OS COMUNISTAS ELEITOS PARA O DCE DA UNIVILLE: AS REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS E A TÁTICA DA FRENTE ÚNICA EM AÇÃO

MAYARA COLZANI

Siga o DCE Univille no Instagram:

A vitória de uma chapa comunista para o DCE da Univille, em Joinville-SC, colocou em destaque novamente a luta pela federalização da universidade, além da retomada de lutas históricas do movimento estudantil na região, como o fim dos reajustes das mensalidades e o combate por uma empresa pública de transporte coletivo. Por outro lado, a imobilidade da entidade dirigida pela direita joinvilense na última década coloca entre os desafios a retomada das mobilizações na universidade e nas ruas.

Mas esse trabalho de reconstrução do movimento estudantil não começou agora. Em 2023, militantes da Liberdade e Luta, agora Juventude Comunista Internacionalista (JCI), formaram o Comitê Univille Pública, um movimento de luta independente composto por estudantes e trabalhadores da Univille que tinham como objetivo a retomada de um movimento estudantil que agisse em defesa da educação pública, gratuita e para todos.

Essa frente única foi uma resposta aos programas "Universidade Gratuita" e "Educação Empreendedora", que se conectam com a escalada nacional e estadual de privatização do ensino transferindo recursos públicos para a iniciativa privada. Ao mesmo tempo em que concede bolsas para estudantes, o programa "Universidade Gratuita", por exemplo, permite que as universidades do sistema Acafe, como a Univille, aumentem as mensalidades a seu bel-prazer.

Um programa político sério e combativo, e o desejo por parte dos estudantes de um movimento estudantil de luta que pudesse canalizar suas reivindicações mais sentidas, possibilitou a vitória da recém-eleita direção do DCE.

Relembrando a história

Há mais de 10 anos o DCE da Univille foi dirigido pela gestão "DCE é pra lutar", impulsionada pela Esquerda Marxista, hoje Organização Comunista Internacionalista (OCI). Tendo como principal bandeira a luta pela federalização da Univille. Essa gestão dirigiu por dois anos o principal Diretório Central dos Estudantes da cidade e impulsionou diversas reivindicações.

Além da luta pela federalização, impulsionou, ao lado do movimento estudantil secundarista e movimentos sociais da cidade, a luta pelo transporte público, gratuito e para todos. Durante a gestão foram realizadas diversas atividades e manifestações que trouxeram o tema para dentro da vida do campus.

O sindicato dos estudantes

Durante mais de uma década, o DCE da Univille cumpriu um papel de conciliação entre os interesses institucionais da universidade e os interesses dos estudantes. Nesse período, apagaram-se as mobilizações estudantis e reduziu-se a consciência dos estudantes sobre as pautas sentidas dentro e fora da universidade pela juventude. A atuação da entidade estudantil se reduziu, quando muito, a ações protocolares de gabinete e documentações burocráticas. Na prática, o DCE se ausentou das discussões políticas e se direcionou para eventos lúdicos e de recreação.

Nossa posição é o oposto da praticada pelas gestões anteriores. Não queremos ser os "síndicos" dos estudantes, que apenas resolvem um ou outro problema pontual. Queremos elevar a consciência e a organização dos estudantes.

Por isso, entendemos o papel do DCE da Univille como o de um sindicato dos estudantes. Uma ferramenta de luta independente política e financeiramente, pois acreditamos que a verdadeira defesa dos interesses dos estudantes ocorre quando estes constroem sua entidade baseada na independência política.

Nos próximos anos nossos esforços vão se concentrar na luta pela federalização da Univille, no combate ao aumento das mensalidades e na luta pelo transporte público e gratuito na cidade. Além disso, vamos trabalhar para mobilizar os estudantes e conectar suas lutas às lutas gerais da classe trabalhadora em Joinville, no Brasil e no mundo.

Diante disso, convidamos todos os estudantes da Univille para reconstruir o DCE Univille Pública.

EXPEDIENTE

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ORGANIZAÇÃO COMUNISTA INTERNACIONALISTA (OCI) – SEÇÃO BRASILEIRA DA INTERNACIONAL COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA (ICR)"

Site: marxismo.org.br Foice e Martelo (Spotify) oci.comunista oci_comunista oci.comunista

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Johannes Halter
Diagramação: Jonathan Vitorio
Capa: Evandro Colzani
Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Evandro Colzani, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho, Maritania Camargo, Serge Goulart
Equipe: Mara Tavares, Rannah Brasil, Felipe Libório, Francine Hellmann, Jessica Stolfi, Marcelo Pancher
Jornalista Responsável: Rafael Prata MTB nº 40040/SP

O que está em jogo nas eleições dos EUA

EDITORIAL

O mundo foi surpreendido pelos desdobramentos das eleições nos Estados Unidos. Primeiramente, o atual presidente, Joe Biden, mostrou-se desconexo e sem condições de raciocínio num debate com seu principal oponente, Donald Trump, do Partido Republicano. Depois, pressionado pela cúpula dos democratas, Biden renunciou à candidatura e sua vice, Kamala Harris, tornou-se a nova candidata do seu partido. Uma mulher negra e filha de imigrantes candidata à presidência dos EUA? As redes sociais explodiram e a "esquerda" de plantão passou a endeusá-la. Mas será que ela merece o apoio dos proletários e da juventude?

Voltemos ao básico. Os dois principais partidos são expressões tradicionais da burguesia norte-americana. De um lado, estão os Democratas, cada dia mais identitaristas e perdendo o apoio da maioria da classe operária, apesar de manterem o apoio dos principais sindicatos (inclusive daqueles que "renovaram" suas direções). Isso faz com que as suas principais bandeiras sejam escolhidas entre as "identidades", como a "valorização da raça negra", entre outras. Entenda-se, entretanto, que não há nenhuma defesa que perturbe o Estado ianque com suas polícias militarizadas, com o chamado excludente de ilicitude, com os assassinatos e as mortes frequentes em bairros operários negros.

Do outro lado, temos o Partido Republicano, dominado pelo seu principal líder, Donald Trump. Dentro do partido existe também uma direita ainda mais à direita que o próprio Trump. Essa ala compilou um calhamaço de 900 páginas defendendo toda a sua política abertamente racista e misógina, e se chocou durante a convenção republicana com o aparato do candidato republicano. Trump organizou, então, uma convenção como nunca feita antes. Nenhum aparelho eletrônico, incluindo celular, tablet e computador, foi permitido em nome da "segurança". O texto do programa foi distribuído somente no dia da convenção, redigido por autores designados por Trump e com sua aprovação pessoal em cada linha.

A comissão que se preparava para debater o texto e as emendas recebeu a informação de que as subcomissões iriam trabalhar sem computadores e sem nada redigido além do texto pré-aprovado. As subcomissões se reuniram com tempo limitado e voltaram com várias emendas que foram imediatamente rejeitadas. O texto original foi submetido a voto na convenção sem que a maioria absoluta tivesse a mínima ideia do que estava sendo votado.

E, para o espanto da imprensa dos EUA e conveniente silêncio da "esquerda", o texto não trazia a proibição do aborto, não incluía nenhuma proposta de leis raciais ou misóginas e, ainda por cima, não garantia o apoio à guerra na Ucrânia. Garante, é claro, o apoio ao sionismo e às políticas de proibição de imigração.

O que há de diferente entre eles? Apenas a velocidade com que se atacam os direitos da classe trabalhadora. Enquanto os democratas pretendem "conversar" com os sindicatos com o porrete atrás das costas, Trump pretende conversar com o porrete bem à mostra. Um exemplo é a greve dos ferroviários. A proposta de Biden declarava que a greve era ilegal e teve votação quase unânime no Congresso norte-americano. Esse foi um dos raros momentos em que republicanos e democratas se uniram. Nem para aprovar mais bombas para Israel eles conseguiram este feito.

Existem outros candidatos na corrida eleitoral? Sim. Um deles é Robert Kennedy Jr., sobrinho de J. F. Kennedy, morto em 1962, que tem como plataforma o fim das bases militares americanas pelo mundo, a redução brutal do orçamento militar e o fim da ajuda militar para Israel e Ucrânia, sugerindo a aplicação desses recursos em saúde e educação. Esquerda? Nem tanto. Ele propõe um fechamento à la Trump das fronteiras e a deportação de todo imigrante ilegal. Apoio de setores da burguesia? Quase nulo. Apoio dos sindicatos? Quase nulo também. Enfim, a burguesia norte-americana trabalha cuidadosamente para que nenhuma outra proposta perturbe o *status quo*. É por isso que, normalmente, menos de 50% dos eleitores registrados votam.

Os Comunistas Revolucionários da América, nosso partido nos EUA, celebraram recentemente seu congresso e logo depois fizeram uma passeata com 400 comunistas desfilando abertamente com suas bandeiras e propostas nas ruas. Isso foi noticiado na *Fox News* e criticado por Elon Musk. Sim, uma nova alternativa representando o proletariado pode surgir. Esse é o trabalho consciente que faz a Internacional Comunista Revolucionária (ICR) no mundo inteiro.

CONFIRA:

Tentativa de assassinato de Trump: o capitalismo gera violência política

Taxação de grandes fortunas é a solução?

ALEX MINORU

Na Constituição Federal de 1988 está escrito que será instituído o imposto sobre "grandes fortunas, nos termos de lei complementar". No entanto, desde então, nunca foi aprovada a tal lei complementar e, desta forma, nunca foi aplicada a taxação sobre grandes fortunas no país.

A carga tributária no Brasil está concentrada no consumo e, por isso, recai principalmente sobre a classe trabalhadora. A Reforma Tributária aprovada no ano passado não altera isso. A nova taxa para produtos importados de até US$ 50 também vai recair principalmente sobre os trabalhadores, que buscam produtos mais baratos em sites como *Shopee, Shein* ou *AliExpress*. O chamado Imposto de Renda também penaliza os trabalhadores, pois considera o salário como "renda", sendo que o salário é fundamentalmente o valor pago pela burguesia aos trabalhadores para a reprodução da força de trabalho (e às vezes nem isso). Mesmo os tributos sobre patrimônio arrancam o dinheiro dos trabalhadores, que pagam IPTU (de imóveis, incluindo aqueles que moram de aluguel) e IPVA (dos automóveis).

Enquanto isso, acionistas não pagam nenhum imposto pelo rendimento obtido com dividendos de seus investimentos. Empresas de 17 setores da economia são beneficiadas com a desoneração da folha de pagamento, deixando de contribuir com os 20% sobre a folha de pagamento para o INSS. Em relação às heranças, o imposto no Brasil tem uma alíquota de até 8% apenas (para comparar, esse tipo de imposto tem alíquota de até 40% nos EUA e Reino Unido). As grandes fortunas, como já dito, não são taxadas por falta da lei complementar.

Apoiamos medidas para diminuir os impostos sobre os trabalhadores. Por exemplo, uma modificação na tabela do Imposto de Renda para começar a cobrar o imposto apenas dos que recebem mais de 10 salários mínimos. Apoiamos também o aumento de tributos sobre a burguesia, como a taxação sobre grandes fortunas. Porém, acompanhamos isso do combate contra o pagamento da dívida interna e externa e da reivindicação de que seja investido todo o dinheiro necessário para garantir saúde, educação, moradia, para todos, de forma pública e gratuita.

Lula e Haddad têm falado sobre taxar os ricos, mas vinculam isso com o objetivo de garantir o equilíbrio fiscal que, por sua vez, é o meio para assegurar ao capital financeiro imperialista o pagamento regular dos juros e amortizações da dívida pública. Taxar um setor da burguesia para repassar o dinheiro para outro setor da burguesia, obviamente, não é o objetivo dos comunistas.

De qualquer forma, taxar fortunas, sabemos, não é a solução final para o conjunto dos problemas da classe trabalhadora. Diferentes países capitalistas têm impostos sobre fortunas, como a França, onde há uma taxação sobre pessoas físicas que têm um patrimônio superior a 1,3 milhão de euros (R$ 8 milhões) com alíquotas que vão de 0,5% a 1,5%. Mesmo aí, portanto, um imposto que praticamente não arranha o patrimônio da burguesia.

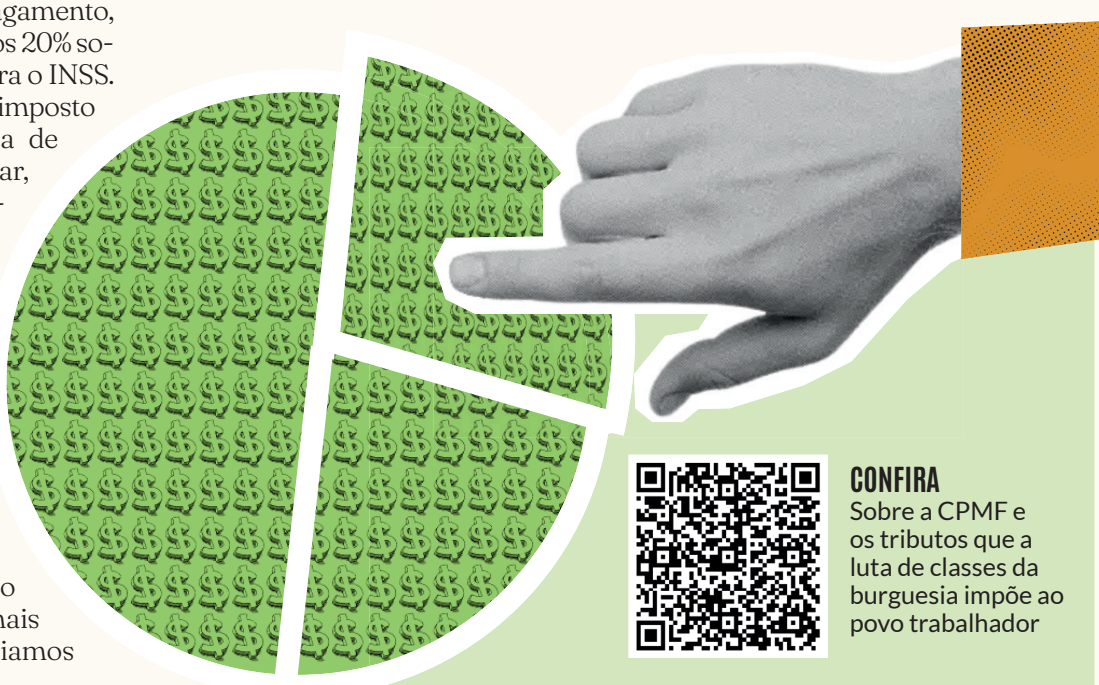
Curiosamente, um setor da própria burguesia imperialista tem defendido a ideia de aumentar a taxação sobre os mais ricos, com medo dos impactos políticos da crescente desigualdade social.

Morris Pearl, um milionário norte-americano, presidente da organização Patriotas Milionários *(Patriotic Millionaires*, no original em inglês) tem defendido o aumento da taxação sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos e explica:

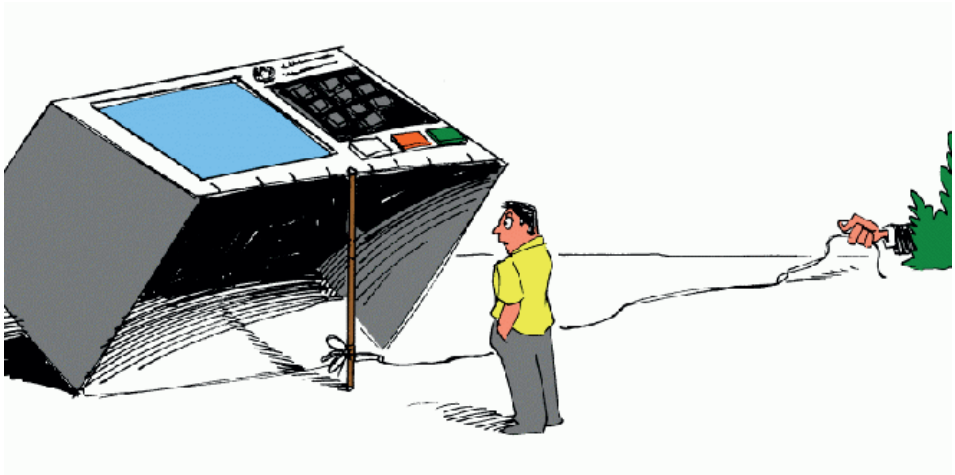
"Estamos preocupados com a perspectiva de que muito em breve, em algum momento, as pessoas não aguentem mais isso. Esperamos usar o processo democrático para mudar essas políticas, reduzir a crescente desigualdade e tornar toda a nossa sociedade mais estável."

Ou seja, teme que "as pessoas não aguentem mais isso", teme que partam para a revolução! Por isso, clama por medidas para uma sociedade mais estável. O ainda presidente Joe Biden segue o mesmo discurso. Lula também.

O capitalismo, no entanto, é incapaz de se "autorregular" e distribuir a riqueza social. Os capitalistas sempre buscam ampliar, cada vez mais, seu domínio, seus lucros, seu patrimônio. A verdadeira solução, portanto, não é simplesmente taxá-los mais. A verdadeira solução é expropriar as fábricas, os bancos, as grandes empresas da classe burguesa e colocar tudo sob o controle democrático da classe trabalhadora, que deve estar à frente de um Estado operário, que planeje e organize a produção para satisfazer as necessidades da maioria, não o lucro de um punhado de capitalistas.



CONFIRA
Sobre a CPMF e os tributos que a luta de classes da burguesia impõe ao povo trabalhador



O que expressarão as eleições municipais de 2024 no Brasil?

CAIO DEZORZI

Em 24 de julho, Vladimir Safatle publicou no jornal Folha de S. Paulo um artigo em que explana corretamente que formadores de opinião liberais e conservadores ajudam o crescimento da chamada "extrema direita". Em seu texto, Safatle chama à responsabilidade a "classe intelectual". Para os marxistas, o conceito de classe é outro. E é analisando a questão desde uma perspectiva marxista que podemos desenvolver as conclusões de Safatle até onde ele não ousa: os escopos políticos vulgarmente chamados de "centro", "centro-direita", "direita liberal", "direita conservadora" e "extrema direita" são todos expressões políticas com algumas diferenças secundárias entre si, mas que em sua essência representam os mesmos interesses da classe dominante, ou seja, do capital financeiro internacional. É por isso que se ajudam, se complementam, confluem. E aí, não adianta chamar à responsabilidade os "intelectuais".

Safatle se aproxima mais de uma leitura marxista ao apontar um "esgotamento terminal das ilusões da democracia liberal" no mundo e concluir seu texto dizendo que é necessário "tensionar a sociedade com uma visão alternativa de transformação e ruptura". Porém, ele mesmo reconhece em seguida que o que ele chama de "classe intelectual" talvez tema mais a alternativa de transformação e ruptura do que a normalização da extrema direita. Bingo! É elementar, meu caro Safatle!

Entretanto, o tensionamento pelo qual Safatle clama não virá de um setor da intelectualidade, mas da própria luta de classes. São as novas gerações de trabalhadores que vão cada vez mais tencionar a sociedade. Aqueles que veem suas vidas sendo drenadas dia após dia nas escalas extenuantes de trabalho, na precarização do trabalho por aplicativos, a juventude que vê cada vez mais seus direitos tolhidos sem perspectiva de ter uma vida igual ou melhor que a de seus pais.

As questões que realmente interessam são: 1) A classe dominante será capaz de manter-se coesa para domar as novas gerações proletárias aqui no Brasil ou as divisões já expressas vão se aprofundar a ponto de estabelecer uma crise na cúpula da sociedade que permita a eclosão de erupções revolucionárias? 2) O proletariado brasileiro será capaz de questionar todo o sistema na via de sua superação por uma alternativa real de transformação e ruptura, ou seja, comunista?

Lula vem trabalhando arduamente pela coesão da burguesia brasileira. Quer a qualquer custo evitar uma crise na cúpula e cada vez mais busca demonstrar que ele é o único que pode evitar isso.

Nas eleições municipais deste ano, Lula opera para que os setores da burguesia que o aceitam como gestor político saiam vitoriosos e o faz buscando agregar cada vez mais setores da burguesia brasileira. Entretanto, a intolerância política fomentada pelo bolsonarismo não permite mais isso. Lula até gostaria de ter Tarcísio, por exemplo, em seu palanque. Mas Tarcísio não pode, pois o seu eleitorado é, antes de tudo, antiPT, antiesquerda. Diante da inviabilidade de uma ampla "unidade nacional", outros setores da burguesia também não aceitam o acordo com Lula. E a classe dominante segue dividida nas esferas dos "poderes representativos". Entretanto, na via eleitoral está bloqueado qualquer desenvolvimento de uma "saída comunista" da situação.

Em 6 de julho, Valerio Arcary publicou um artigo, no blog A Terra é Redonda, em que tenta indicar as probabilidades eleitorais para Boulos em São Paulo tecendo uma análise que é qualquer coisa, menos marxista.

As eleições municipais deste ano estão mais distantes de expressar a luta de classes do que normalmente as eleições fazem, mesmo que de maneira distorcida. A classe trabalhadora não consegue encontrar expressão através das candidaturas apresentadas. Em São Paulo, a candidatura do PSOL conta com uma coligação que reúne dois partidos operários cujas direções já se passaram há muito para o lado do capital (PT e PCdoB) e vários partidos que representam pequenos setores da burguesia (Rede, PDT, PV e PMB). Além de um ex-comandante da Rota estar à frente do plano de segurança pública de Boulos!

Seria o programa da candidatura Boulos-Marta um programa de ruptura? O próprio Valério explica que este é um programa de frente ampla e que "como sempre acontece quando se fazem frentes, o denominador comum será em torno da posição mais moderada". O que cabe aos marxistas então?

Valério responde: "A esquerda mais combativa deve ser consciente deste compromisso (...) Não se deve, portanto, exigir de Guilherme Boulos um papel que ele não pode ocupar". Assim, Valério busca dar coloração marxista à capitulação dos que se reivindicam da luta revolucionária.

De nossa parte, vamos chamar voto nos partidos da classe trabalhadora para barrar as candidaturas da direita. No caso de São Paulo, voto crítico em Boulos, mas certamente exigimos a defesa dos interesses de classe, contra os compromissos assumidos com a coligação.

LEIA TAMBÉM:

A participação dos marxistas nas eleições e no Parlamento burguês

Dívida interna e externa: uma história de submissão ao imperialismo

LUCY DIAS

Há vários conceitos para falar sobre a dívida interna e externa. Um conceito que nos permite analisar todo o endividamento do Estado brasileiro é o conceito da Dívida Bruta do Brasil, que é usualmente chamada de Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) na imprensa burguesa e nos relatórios do Tesouro Nacional e do Banco Central.

No ano passado, a DBGG alcançou a marca de R$ 8,1 trilhões, isto é, 74,4% do Produto Interno Bruto (PIB)! Os maiores donos dessa dívida são as instituições financeiras, com 29,7%, seguidas pelos grupos de fundos e previdência, com 23,5% e 23%, respectivamente. O dado mais recente para 2024 é de junho e mostra que a DBGG já alcançou o patamar de 77,8% do PIB.

O anúncio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de cortar R$ 25 bilhões do orçamento para manter o arcabouço fiscal responde à necessidade estabelecida pelo governo e pelo Estado burguês brasileiro de manter a submissão ao principal mecanismo da dominação imperialista: o pagamento da dívida interna e externa.

Desde o Brasil colônia temos registros de empréstimos dos governadores, gastos com a corte, dos súditos e do exército. Em 1799, D. João VI cria o pagamento de apólices dessas dívidas a taxas de juros de 5% ao ano. Assim se cria a dívida interna. À época da independência, em 1822, cria-se a dívida externa, com o Estado brasileiro assumindo a dívida da coroa de Portugal com a Inglaterra. Entre 1824 e 1888 foram realizados cerca de 15 empréstimos internacionais.

Durante o período republicano até o início da Ditadura Militar (1889-1963), a dívida segue se desenvolvendo, agora sobre as bases de uma economia nacional. Durante a era Vargas, o Estado assume uma posição de intervir na economia para salvar o capital privado frente à crise de 1929. Houve uma renegociação de 50% do valor da dívida externa nesse período, além de novos empréstimos internacionais.

O governo de Juscelino Kubitschek e os interlúdios anteriores à ditadura promoveram enormes gastos públicos: a transferência da capital para Brasília e o Programa de Metas, para a industrialização e urbanização, que foram realizados principalmente por meio de empréstimos internacionais com o setor privado.

A Ditadura Militar adequou a economia brasileira ao modo de funcionamento propriamente imperialista, através da monopolização de setores que ainda não estavam sob o controle do capital imperialista e da criação de condições mais favoráveis para o desenvolvimento do mercado financeiro. A dívida externa cresceu cerca de 30 vezes, enquanto os salários amargaram duas décadas de inflação.

A "redemocratização" é marcada pela crise da dívida das economias latino-americanas. O imperialismo se vê obrigado a ceder mediante moratórias parciais ou totais da dívida para não colocar em xeque o mecanismo como um todo.

Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o Plano Real implementam uma política de privatizações, aumento dos tributos e cortes nos investimentos públicos sob o governo de FHC. É criada em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal, principal argumento constitucional para manter o pagamento da dívida interna e externa até hoje.

Em 2003, Lula foi eleito mantendo o compromisso com a responsabilidade fiscal e, em 2008, comemorou que o Brasil passou a ser credor internacional, com a falácia do pagamento da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na verdade, Lula promoveu a internalização da dívida externa, emitindo títulos da dívida interna aos banqueiros nacionais com juros muito mais altos.

Lula "pagou" a dívida com o FMI ao custo de uma elevação monstruosa da dívida interna. E o governo atual de Lula dá continuidade à submissão histórica do Brasil ao imperialismo e aprofunda com a lei complementar 208/2024.

Essa trajetória da dívida no Brasil revela um mecanismo usado historicamente pelos países imperialistas para se apropriarem da riqueza produzida no país. Segundo as prioridades orçamentárias do atual governo Lula, a dívida é uma obrigação que deve ser paga. A resposta comunista é que a riqueza aqui produzida é daqueles que a produzem, o que exige um posicionamento claro pelo não pagamento da dívida interna e externa, para utilizar os recursos necessários para os serviços públicos, gratuitos e para todos.

Lula aprova mais parasitismo no orçamento público

DANIEL DA CUNDA CORRÊA DA SILVA

Durante os anos 1990 e 2000, houve um aprofundamento da dívida pública dos estados capitalistas em escala global. Tratava-se de um recurso de acumulação capitalista após as quedas das taxas de lucro dos anos 1970 e 1980. A dívida pública como mecanismo de acumulação de capital e motor do desenvolvimento capitalista está explicada em "O Capital" e trouxemos um pouco desta discussão num texto recente do nosso site (ver *QR Code* abaixo).

Desde então, imperam no debate público as chamadas "políticas econômicas de austeridade". Na prática, elas se traduzem na queda dos salários indiretos dos trabalhadores mediante a retirada total ou parcial da oferta de serviços públicos por parte do Estado, ou ainda na precarização permanente desses serviços para que se tornem insustentáveis e sejam repassados diretamente aos capitalistas. Todo o esforço orçamentário passa a ser válido, pois é preciso garantir recursos suficientes no orçamento para remunerar os detentores da dívida pública. Trata-se da supressão de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores para sustentar os parasitas que vivem de emprestar dinheiro ao Estado.

O Brasil, que possui uma dívida pública de aproximadamente 80% do PIB e custo financeiro altíssimo (figurando há décadas como detentor de uma das três maiores taxas de juros reais do planeta), ofereceu na dívida pública federal uma proteção à propriedade privada dos capitalistas que foram submetidos à concorrência internacional após a abertura da economia nos anos 1990. Ao se consolidarem o Plano Real, o Tripé Macroeconômico e a lei 101/2000 (Lei de "Responsabilidade" Fiscal), o Brasil cristaliza sua adaptação à austeridade permanente, adequando-se às práticas capitalistas internacionais.

Os efeitos adicionais da crise de 2008 e da recente crise de lucratividade capitalista (aprofundada pela pandemia de Covid-19 e pelas guerras no Leste Europeu e no Oriente Médio) demandaram novos instrumentos de sequestro do orçamento, conflagrados no famigerado "Teto de Gastos" e no "Arcabouço Fiscal".

Porém, esse cenário atinge um novo patamar a partir de julho de 2024. Após aprovação no Parlamento, o governo Lula não discutiu, não mobilizou e não vetou a aprovação do PL 457/2017. Agora aprovado como lei 208/2024, esse dispositivo legal permite que a dívida ativa brasileira seja securitizada. O que isso significa? Que o Estado brasileiro pode converter o dinheiro que tem a receber da dívida tributária em ativos financeiros e negociá-los no mercado. Obviamente, a negociação de créditos futuros envolve valores escandalosamente rebaixados .

Não bastasse isso, a nova lei permite que os recursos que o Estado receberia pelo pagamento desses créditos sequer entrem no orçamento público e passem diretamente para as mãos dos credores que compraram essa dívida! É um verdadeiro desvio do orçamento para os bolsos dos especuladores da dívida brasileira, que não precisarão sequer organizar a tradicional pressão política para que os gastos financeiros com pagamento de juros e refinanciamentos da dívida pública federal sejam prioritários. Agora, eles contam também com a cumplicidade do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores, que não mobilizaram absolutamente nada para evitar a aprovação desse notório esquema de corrupção.

Esse esquema de fraudes foi denunciado pelo grupo da Auditoria Cidadã da Dívida, que teve em sua coordenadoria nacional uma das auditoras externas da dívida da Grécia em 2014, Maria Lúcia Fatorelli.. Ela encontrou incontáveis ilegalidades nas operações nada republicanas realizadas na Grécia desde 2003, baseadas nos esquemas de securitização de créditos. Esse é o verdadeiro corte de classe do governo Lula: austeridade e sacrifício aos trabalhadores, lucros generosos aos capitalistas.

LEIA TAMBÉM:

O banquete de Lula à burguesia: a dívida pública brasileira e o assalto aos trabalhadores

Drogas: uma das principais armas do capitalismo contra a juventude!

IAGO SARTORI PAQUI

A recente decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o porte de maconha fixou a quantia de 40 gramas para diferenciar o usuário do traficante. Continua sendo crime utilizar, portar ou fumar maconha em local público, porém, segundo a decisão, o usuário passa a sofrer somente penas alternativas, como comparecimento obrigatório a cursos educativos. Essa decisão acompanha os interesses de setores da classe dominante, que passam a defender a legalização de algumas ou todas as drogas. Nessa conjuntura, os comunistas têm a tarefa de abrir um debate franco com a esquerda, e, fundamentalmente, com a juventude trabalhadora, sobre qual é o papel social das drogas e qual posição devem defender os revolucionários que querem construir um mundo novo.

Drogas, dominação burguesa e imperialista

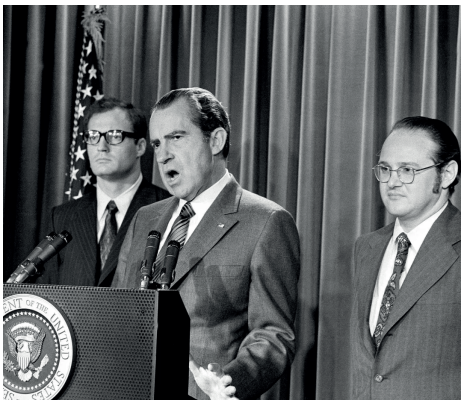
As drogas no capitalismo estão historicamente ligadas à estratégia de dominação burguesa e imperialista, e de forma mais acentuada na América Latina, África e Oriente Médio. Em 1971, o presidente norte-americano Richard Nixon declarou as drogas ilegais como o inimigo número um, e declarou guerra às drogas. Essa política serviu de pretexto para justificar intervenções em países da América Latina através do *Drug Enforcement Administration* (DEA), o departamento policial de combate às drogas, em colaboração com forças de repressão locais. Não obstante, a CIA participou ativamente em operações para favorecer o tráfico de drogas em países como a Bolívia, buscando minar o desenvolvimento de movimentos considerados comunistas ou revolucionários. Isso foi admitido pelo próprio inspetor-geral dessa organização, Fred Hitz, diante do Congresso norte-americano.

Não somente na América Latina, mas mesmo internamente, a CIA e o FBI apoiaram a disseminação de drogas nas comunidades negras dos EUA, para minar o crescimento do movimento negro, e, principalmente, do Partido dos Panteras Negras. O famoso jornalista investigativo, Gary Webb, denunciou, em seu livro "Aliança Sombria", as rotas de comércio de drogas compradas pela CIA dos contrarrevolucionários da Nicarágua, o que, na prática, significou o financiamento da luta contra a Revolução Sandinista. Ao mesmo tempo, essas drogas eram disseminadas livremente nas comunidades negras e indígenas, e em cidades como Los Angeles, Oakland e San Francisco, segundo Larry Pinkney, que foi militante dos Panteras Negras:

"É um fato irrefutável que o governo dos Estados Unidos fez uso de guerra química, não apenas contra o Partido dos Panteras Negras, mas também contra os negros de forma geral e outras comunidades..."

No Brasil, comunidades inteiras são dominadas por facções ligadas ao tráfico de drogas. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro essas facções têm uma relação simbiótica com o Estado, contando com influência entre políticos, policiais e membros do Judiciário. Essas relações são mais ou menos escrachadas. Quando há conflitos entre facções, ou mesmo quando a polícia ocupa uma comunidade, as milícias formadas por policiais expulsam facções tradicionais das favelas para assumir o controle do tráfico de drogas e outras atividades lucrativas.

Na maioria das vezes, os presos e mortos nas "guerras às drogas", são jovens trabalhadores, negros e latino-americanos. Em 2022, a cada 100 pessoas mortas pela polícia no Brasil, 65 eram negras. Os grandes capitalistas, os membros da classe dominante, quase sempre escapam das operações contra o tráfico de drogas. Essa é uma das situações que mais escancara que interesses realmente servem à polícia e à justiça burguesas. Como exemplo, basta lembrarmos do famoso caso no Brasil, quando um helicóptero com meia tonelada de cocaína pousou na fazenda da família do ex-candidato à presidência, Aécio Neves, antes de ser apreendido. Passados 10 anos, ninguém foi indiciado.



As drogas são uma arma que os capitalistas utilizam para enfraquecer os corpos e mentes dos trabalhadores e, assim, impedir que eles tenham a capacidade de se organizar. Ao mesmo tempo em que facilitam a circulação das drogas, também as utilizam para criminalizar, prender e assassinar, utilizando, não só as forças de terror do Estado, mas também as próprias gangues e facções criminosas que impõem as suas próprias leis.

Por que agora a classe dominante quer legalizar as drogas?

A maior parte da esquerda admite que a legalidade burguesa só pune os trabalhadores, então admitem que a repressão é uma ferramenta de dominação de classe, afinal, a prisão e a violência policial não surgiram com o tráfico e o uso de drogas. Mas, erroneamente, a maioria da esquerda defende a legalização de drogas como forma de combater a repressão, mesmo que a história demonstre como as drogas são armas eficientes para desorganizar os trabalhadores.

O Relatório Mundial Sobre Drogas da ONU de 2022, calcula que haja em torno de 284 milhões de usuários de drogas no mundo, um aumento de 26% entre 2010 e 2020 entre a população mundial de 15 a 64 anos, um mercado que os capitalistas veem com um potencial de expansão.

Ao contrário do que alguns defensores da legalização argumentam, os dados concretos mostram o aumento do consumo nos estados onde o consumo e o comércio de drogas foram flexibilizados ou legalizados. O mesmo relatório indica que a legalização da cannabis na

América do Norte "parece ter provocado aumento no uso diário da substância, sobretudo de produtos mais potentes e, particularmente, entre os jovens adultos. Também foram relatados aumentos relacionados a pessoas com distúrbios psiquiátricos, suicídios e hospitalizações" (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, UNODC, 2022).

No Uruguai, que em 2013 legalizou o cultivo para uso próprio e uso recreativo em todo território nacional, a demanda é mais alta que a oferta. Em 2018, apenas 54% dos usuários do país adquiriram a maconha por meios legais. O Uruguai é um país pequeno, dominado. Já o Canadá, que legalizou a produção e o uso de maconha em outubro de 2018, é um país com uma burguesia nacional desenvolvida, e que já tornou a indústria da cannabis um ramo bilionário. Segundo a *Statics Canada*, no segundo semestre de 2019, 16% da população canadense com mais de 15 anos de idade estava consumindo cannabis regularmente.

Com a expansão das políticas de legalização é possível que o próximo relatório da UNODC em 2030 aponte um aumento ainda maior no número de usuários de drogas no mundo, assim como de transtornos ou distúrbios ligados à dependência química. Primeiro, porque o preço das drogas legalizadas será mais baixo pela diminuição dos custos que a proibição gera. Segundo, porque o acesso às drogas será mais simples, a qualidade mais assegurada, mais gente saberia como comprar e teria menos medo de experimentar. Terceiro, o estigma social contra, também diminuiria com o tempo, com essas drogas vendidas em bares, tabacarias, cervejarias, com propagandas e divulgação.

Essas drogas também ficarão mais acessíveis para crianças e adolescentes que, como se sabe, driblam a legislação para consumir álcool. Nos EUA, por exemplo, 87% dos estudantes secundaristas já experimentaram álcool, contra 45% que já experimentaram a maconha. Há aí uma oportunidade clara de crescimento do mercado.

O marxismo explica a tendência dos capitalistas de migrarem para os negócios mais lucrativos do "momento", e não é mera coincidência que muitos capitalistas vejam a legalização como uma possibilidade para expandir os mercados de drogas neste momento, em que o capitalismo enfrenta a maior crise da história. A anarquia da produção capitalista se impõe sobre quaisquer limites e restrições que a própria burguesia tenha criado. Em outro momento, a crise leva à destruição de forças produtivas, o que inclui os próprios corpos e mentes dos trabalhadores. São os sinais da barbárie.

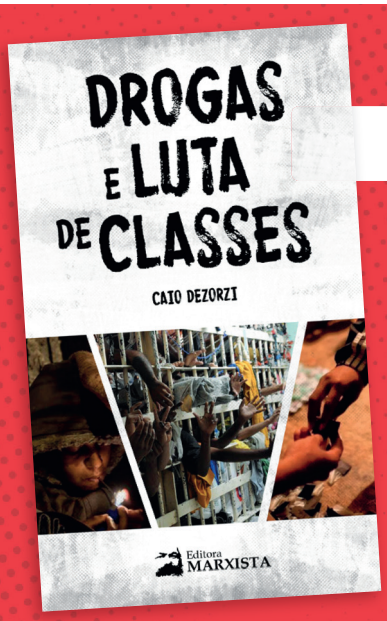
O papel social das drogas e a posição dos comunistas

Existem drogas que são consideradas mais leves do que outras, e o consumo cultural tem um impacto importante na aceitação legal e social. Algumas são estudadas como tendo fins medicinais e científicos, e os comunistas não se opõem. Porém, quando se trata do comércio de drogas e do uso recreativo, é necessário entender que as drogas são ferramentas de destruição de mentes e corpos. Mesmo drogas socialmente aceitas e consideradas leves podem cumprir esse papel. Friedrich Engels, em seu ensaio "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", descreve como o álcool é utilizado para amortecer a classe trabalhadora para sua rotina de exploração e tristezas:

"Todas as seduções, todas as tentações possíveis se unem para arrastar os trabalhadores ao alcoolismo. Para isso, a aguardente é quase a única fonte de alegria, e tudo contribui para que se ponha ao alcance da mão...sua necessidade de companhia só pode ser satisfeita na taberna (bar, boteco), não há outro lugar onde possa encontrar os amigos."

A maior parte das pessoas que estão em tratamento na América do Sul por uso de drogas, está por motivos de transtornos relacionados à cannabis, este é um dado concreto e subnotificado, fornecido pelas Nações Unidas.

Combatemos a prisão e a violência contra os usuários, ao mesmo tempo que buscamos educar nossa classe sobre a necessidade de lutar também contra o uso e a dependência de todos os tipos de drogas, em favor de que estejam capazes de se organizar, estudar, atuar, como verdadeiros revolucionários, preservar sua saúde e a capacidade física e mental, para enfrentar os combates que virão e ajudar a edificar uma nova sociedade, sem classes, sem exploração e sem pobreza, onde a humanidade se dedique à ciência, ao esporte, à cultura, ao lazer, ao descobrimento e onde a vida não tenha que ser suportada, e sim, aproveitada em toda sua plenitude.



ADQUIRA A BROCHURA
DROGAS E LUTA DE CLASSES
NO SITE DA LIVRARIA MARXISTA
ACESSE ATRAVÉS DO QR CODE

O que é oportunismo?

RENNAN VALERIANO

Se você procurar o significado de "oportunismo" em um dicionário comum, não irá encontrar a definição dada pelos comunistas. O oportunismo é um fenômeno histórico, internacional e inevitável do estágio imperialista do capitalismo. Ele começou a se manifestar com maior força no final do século XIX, no seio da 2ª Internacional.

Nas críticas e ponderações ao Projeto de Programa Social-Democrata de 1891, Friedrich Engels define o oportunismo como:

"Este esquecer dos grandes pontos de vista principais pelos interesses momentâneos do dia, este lutar pelo e aspirar ao sucesso do momento sem olhar às ulteriores consequências, este abandonar do futuro do movimento por causa do presente do movimento, pode ser feito 'honradamente', mas é e permanece oportunismo e o oportunismo 'honrado' é talvez o mais perigoso de todos."

Lênin pôde conhecer o oportunismo já bem desenvolvido no interior dos grandes partidos operários, tanto sob a forma de oportunismo aberto quanto encoberto, "honesto", e combateu as suas distintas formas de expressões (economicismo, menchevismo, liquidacionismo, kautskismo etc.) até a sua morte.

Mas, diz Lênin, seria um absurdo considerar o oportunismo como um fenômeno interno do partido e muito unilateral aplicá-lo a indivíduos isolados. Como já expresso acima, o oportunismo, assim como o revisionismo, caracteriza-se como um fenômeno histórico, internacional e inevitável.

Histórico porque sua expressão mais desenvolvida surge na época do imperialismo, época de aparecimento da aristocracia operária, base da social-democracia reformista. Internacional porque não se trata de um fenômeno singular de um ou outro país, ou de distintos graus de desenvolvimento do capitalismo nos distintos países, mas de um fenômeno que se verifica mundialmente, em maior ou menor grau de desenvolvimento.

Inevitável porque é determinado pelas suas raízes de classe na sociedade atual, isto é, em qualquer país capitalista existem sempre, ao lado do proletariado, extensas camadas da pequena burguesia, de pequenos proprietários que, por conta da tendência à proletarização dos estratos médios das classes sociais, passam a compor as fileiras do proletariado e trazem consigo a sua concepção de mundo e modo de agir, ambos alheios aos operários, para dentro dos partidos operários.

Outra marca caraterística do oportunismo é a tendência a sempre esquivar-se das questões concretas e rodear-se em torno de questões mais abstratas, como faziam os oportunistas da 2ª Internacional em relação à questão da atitude da revolução proletária para com o Estado e com a própria guerra imperialista que se projetava.

Mas nas situações de crise social, as questões são sempre postas na ordem do dia de forma concreta. Nessas situações, as organizações oportunistas só podem continuar a ter influência sobre os trabalhadores reconhecendo em palavras os objetivos e a tática revolucionária, mas jamais em ato. Assim, as organizações oportunistas são obrigadas, pressionadas pela base do próprio movimento a assumirem compromissos de frente única com os revolucionários.

Evidentemente, tais organizações buscam romper ou sabotar a frente única a toda e qualquer oportunidade. Em situações normais, podem até obter sucesso. Mas em situações de crise revolucionária, logo são desmascaradas pelo próprio curso dos acontecimentos, no qual as massas aprendem rapidamente em quem devem ou não confiar.

Lênin e os bolcheviques jamais determinaram o seu comportamento em função das circunstâncias do momento ou se esqueceram dos interesses fundamentais do proletariado, dos traços essenciais do regime capitalista e da 1ª Guerra Mundial, diferente do que fez a social-democracia alemã, que postou-se em defesa da pátria, isto é, da sua burguesia contra o proletariado de todas as nações.

Ao contrário, os bolcheviques incentivaram a ação independente das massas durante o processo revolucionário de 1917, estimulando e fortalecendo a sua auto-organização nos Sovietes, publicizando consignas corretas para direcionar o movimento das massas no caminho correto da tomada do poder. Lênin, Trotsky e os bolcheviques deram o melhor exemplo prático de como se combate o oportunismo nas fileiras do proletariado.

VOCÊ É
COMUNISTA?
ENTÃO ORGANIZE-SE!

Acesse o QR CODE e junte-se à OCI

Kamala Harris e as eleições nos EUA: mais do mesmo

FRAN LIMA

Em mais um episódio da novela política dos EUA, o então candidato à reeleição Joe Biden desistiu de concorrer, indicando sua vice, Kamala Harris, como o melhor nome para derrotar Trump. Desde então tem-se visto um frenesi ao redor de seu nome por ser uma mulher negra filha de imigrantes.

No Brasil, temos visto esta euforia em diversos âmbitos da esquerda, afirmando que Kamala deve ser eleita por ser uma mulher negra e por ser um meio de frear uma suposta ascensão do fascismo nos EUA e em todo o mundo. Alguns defendem também que isso significaria uma derrota do bolsonarismo.

Mas é preciso analisar os fatos além da superfície e compreender por que Kamala é mais do mesmo. Sua carreira no direito e sua ascensão política são utilizadas como exemplo para a população negra e para as mulheres, mas, ao fim e ao cabo, simbolizam a exceção da regra em um país profundamente racista e violento.

Como marxistas, entendemos que não basta às mulheres e pessoas negras ocupar lugares de poder – e de repressão – dentro do Estado burguês, mas sim lutar pela sua derrubada. Enquanto vigorarem as instituições e leis burguesas, não haverá emancipação para a classe trabalhadora.

Mesmo sendo uma mulher negra, Kamala pouco fez para defender os direitos das mulheres após o fim das proteções ligadas ao caso Roe *versus* Wade, que garantiam o direito ao aborto nos EUA até serem anuladas pela Suprema Corte, em 2022. A discussão sobre a imigração nos EUA também era sua responsabilidade. No entanto, ela foi duramente criticada por não avançar nesta questão, não eliminando os centros de detenção e fazendo declarações que desincentivavam a imigração.

Assim como Kamala, outras mulheres eleitas pelo Partido Democrata, chamadas de *Squad* (esquadrão), não têm usado sua posição para organizar a luta contra o capitalismo. Alexandria Ocasio-Cortez, por exemplo, votou com o presidente a fim de criminalizar a greve dos trabalhadores ferroviários em 2022 e o apoiou em relação ao massacre em Gaza.

É fundamental entender que nossos interesses são antagônicos aos interesses da burguesia e que não serão conquistados dentro do capitalismo. Mesmo o direito ao aborto, defendido por parte das mulheres burguesas liberais, enfrenta retrocessos em uma sociedade capitalista e fortemente conservadora como os EUA.

Por isso, a defesa do direito ao aborto, das liberdades democráticas e a luta contra o racismo devem ser entendidas como reivindicações transitórias, que precisam avançar dentro do capitalismo por meio da luta, mas que só serão plenamente atingidas com a superação desta sociedade.

Neste contexto, a raiva de parte da classe trabalhadora nos EUA tem se expressado no apoio ao demagogo de direita Trump, em função das traições de governos ditos progressistas, como o de Obama e Biden/Harris. A vida da classe trabalhadora não melhorou e as promessas não foram cumpridas. Isso pode levar novamente à eleição de Trump.

Quando parte da esquerda afirma que Harris deve ser eleita como forma de lutar contra Trump e seus associados, o faz a partir de ideias reacionárias e pequeno burguesas de representatividade, que estão ligadas às questões de gênero e "raça". É preciso compreender que os democratas são o oposto complementar dos republicanos na política bipartidária dos EUA.

Assim como no Brasil com a coalizão do atual governo com os setores mais reacionários do Congresso, essa política é responsável pela revolta da classe trabalhadora, podendo ser canalizada, como vimos em diversos momentos da história, na eleição de políticos de direita dos tipos mais abjetos.

Nesse sentido, tanto lá quanto aqui, é preciso organizar a classe trabalhadora a partir de seu próprio programa de luta contra Trump, Biden, Harris, Bolsonaro e o sistema que eles defendem.

Eleições, protestos e crise política na Venezuela

REDAÇÃO

A Venezuela vive atualmente momentos de elevada tensão política e social. As eleições presidenciais contaram com alta presença de eleitores, apesar dos esforços do governo de Nicolás Maduro para fomentar a abstenção entre o eleitorado opositor a todo momento.

O fato é que toda tendência à participação massiva nas eleições venezuelanas supunha votos para o principal adversário de Maduro, no caso Edmundo González, candidato de consenso da direita, do imperialismo norte-americano e um autêntico fantoche de María Corina Machado.

O que ficou bastante evidente com o resultado das eleições é que Maduro, vendo-se derrotado, decidiu ignorar a decisão majoritária da população, sabotando o fechamento do processo eleitoral com base em ações arbitrárias, em um mar de irregularidades e na violência em milhares de centros de votação.

Compreender isso, não significa dar apoio à direita pró-imperialista. Essa mesma direita aspira voltar ao governo para dar continuidade à austeridade, aos ajustes e à privatização, para continuar fazendo com que os trabalhadores paguem pela crise. Mas tal posição não nos obriga a avalizar as ações autoritárias dos liquidadores da Revolução Venezuelana.

Sublevação popular

No dia seguinte ao pleito, produziu-se em toda a Venezuela um genuíno levantamento popular. A ira transbordou e nela se misturaram elementos de indignação, raiva, cansaço e revanchismo.

Essa é uma grande tragédia política que hoje aflige a classe trabalhadora e demais setores oprimidos. Atualmente, as massas populares atribuem suas penúrias e privações aos ideais do socialismo e da revolução bolivariana, o que não tem sentido. E isto é assim graças à desastrosa e corrupta gestão de Maduro em favor do capital, que emprega uma fraseologia revolucionária diante de cada arremetida contra os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Convém destacar que as ofensivas insurrecionais da direita de 2014 a 2017 nunca puderam se espalhar além das zonas de classe média alta. Mas na atualidade a situação se converteu em seu contrário.

Em resposta às mobilizações, o governo desatou uma forte repressão, empregando as forças de segurança e grupos paramilitares para dispersar a população na capital Caracas e em muitos *barrios* (como são as chamadas as "favelas" na Venezuela) do interior do país.

A direita se distancia da revolta popular

A direita venezuelana tem se mostrado distante dos protestos. O medo da burguesia tradicional é de que a iniciativa das massas dê o tom. Afinal, uma massa insurreta e disposta a depor um governo hoje pode se tornar incontrolável no futuro. A tática atual coordenada a partir de Washington consiste em continuar pressionando para conseguir uma transição ordenada de poder na Venezuela, pois está claro para eles que os *barrios* insubmissos são mais perigosos que as ameaças do governo.

Maduro, a partir da sublevação, denunciou que está em marcha uma tentativa de "golpe de Estado fascista", prometendo sufocar toda rebeldia com mão de ferro.

A situação de tensão política continua incandescente. Mas, independentemente de quem vá se impor na contenda entre a direita e o governo, a classe trabalhadora não tem nada a ganhar.

A necessidade de uma direção

Para superar o atual estado de prostração em que se encontram as forças revolucionárias que há tempos romperam com o governo, temos de reconhecer a verdade por mais dura que seja: desde antes das eleições presidenciais, e até mesmo há vários anos, o povo trabalhador já estava derrotado, na medida em que seus níveis de organização foram incapazes de defender e colocar seus interesses na sociedade. Em vez de cair na negação, é necessário seguir o conselho de Spinoza: "Não rir nem chorar, mas compreender".

Enquanto a ofensiva dos velhos e novos-ricos continua sua marcha, os trabalhadores das cidades e dos campos, suportando todo o peso da crise, da perda de direitos democráticos e ante a ausência de uma direção independente de classe, foram incapazes de encarar e resistir. E enquanto a situação continuar sendo a mesma, os resultados serão inevitáveis.

A conclusão a que devemos chegar nessas horas difíceis é que as forças revolucionárias, comunistas e de esquerda devem o mais rápido possível desenvolver todos os esforços possíveis para elevar os níveis de organização das diversas lutas da classe trabalhadora.

LEIA O ARTIGO DA SEÇÃO VENEZUELANA DA ICR SOBRE AS ELEIÇÕES